

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.910 - RS (2019/0300363-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : SANDERLEI ISAIAS BOEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

SANDERLEI ISAIAS BOEIRA alega sofrer coação ilegal ante acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** (Agravo n. 70082482621).

A impetrante se insurge contra o reconhecimento da falta grave e a aplicação de seus consectários legais. Afirma que a prática de novo delito impõe a preexistência de condenação definitiva do réu para que o fato possa ser considerado como ato de indisciplina. Ademais, "a regressão de regime não é corolário obrigatório do reconhecimento da falta grave" (fl. 6), é ilegal a "alteração da data-base para novas progressões" (fl. 7) e a perda máxima dos dias remidos não foi fundamentada (fl. 10).

Requer a cassação do ato judicial impugnado.

Decido.

A pretensão deduzida pela impetrante é contrária ao entendimento pacificado desta Corte, o que autoriza a pronta solução deste habeas corpus.

I. Falta grave – caracterização

A teor da Súmula 526 deste Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: "**O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal**

instaurado para apuração do fato".

O pedido da parte está em desacordo com tese jurídica firmada em recurso especial repetitivo (**Tema n. 655**), oportunidade em que ficou consignado que o incidente disciplinar não sofre interferência da necessidade de condenação transitada em julgado, porquanto é de cunho administrativo e obedece os mesmos parâmetros da ampla defesa e do contraditório exigidos no processo penal.

II. Consectários legais

O acórdão assinalou ser **corolário lógico do reconhecimento da falta grave a regressão do regime**, bem ainda a **alteração da data-base** para a concessão de nova promoção. Decretou a perda de 1/3 dos dias remidos.

A Lei de Execução Penal preconiza **o sistema progressivo**, cuja ideia central é atenuar a pena estabelecida na sentença, a depender do lapso temporal e do **comportamento satisfatório** do apenado. Por isso, a prática de falta grave (no caso, novo crime) enseja, obrigatoriamente, a submissão do apenado aos consectários legais, sem margem de discricionariedade do Juiz da VEC.

Nos termos da jurisprudência desta Corte: "**a lei não concede ao Juízo da Execução a discricionariedade acerca da possibilidade de deixar de impor tal regressão diante da comprovada prática de falta grave pelo condenado**" (AgRg no REsp n. 1528454/RJ, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 25/5/2018).

Reconhecido que o paciente **cometeu ato grave de indisciplina** não se pode deixar de submetê-lo às sanções legais. Esta Corte já decidiu que: "**Não cabe ao magistrado proceder à análise do conteúdo da falta disciplinar para verificar a possibilidade de regressão, já que o dispositivo em comento não concede essa margem de discricionariedade ao julgador** (HC n. 210.062/SC, Rel. Ministro Gurgel de Faria, 5ª T., DJe 6/4/2015). Confira-se:

2. **Uma vez reconhecida a prática de falta grave, devidamente apurada por meio de procedimento administrativo disciplinar, devem ser aplicadas todas as consequências legais daí decorrentes** (LEP, art. 48, parágrafo único).

3. "Conforme descrito no art. 118, I, da LEP, a execução da pena privativa de liberdade fica sujeita à forma

regressiva, podendo ocorrer para qualquer dos regimes mais rigorosos, sendo certo que não cabe ao magistrado proceder à análise do conteúdo da falta disciplinar para verificar a possibilidade de regressão, já que o dispositivo em comento não concede essa margem de discricionariedade ao julgador" (HC 210.062/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 06/04/2015).

4. Ressalte-se, porém, que alteração da data-base do prazo para a concessão de benefícios executórios não se aplica ao livramento condicional (Súmula 441/STJ) nem à comutação de pena/indulto (Súmula 535/STJ).

Precedentes.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para afastar a interrupção do lapso temporal para fins de livramento condicional, indulto e comutação da pena.

(HC n. 377.301/SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 5/4/2017).

Assim, "O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na **alteração da data-base** para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) **autoriza a regressão de regime** e (c) a **revogação de até 1/3 dos dias remidos** (art. 127 da LEP)" (HC n. 414.299/RS, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, 5ª T., DJe 20/6/2018).

A Terceira Seção em julgamento de recurso especial repetitivo (Tema n. 709), fixou a teste jurídica de que "A prática de falta grave **interrompe o prazo para a progressão de regime**, acarretando a **modificação da data-base** e o início de nova contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo" (REsp n. 1364192/RS, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 3ª S., DJe 17/9/2014).

A perda do tempo remido no grau máximo encontra-se devidamente fundamentada, "**considerando a gravidade da falta cometida**" (fl. 160, destaquei).

Não houve penalidade automática. A natureza especialmente grave da falta disciplinar (o paciente foi preso em flagrante por incursão no art. 33 c/c o art. 40, III, da Lei n. 11.343/2006 e no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990) justifica a perda de dias remidos, tendo sido bastante a fundamentação deduzida no caso concreto.

Superior Tribunal de Justiça

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, denego o habeas corpus, *in limine*.

III. Dispositivo

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **denego este habeas corpus, *in limine*.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

